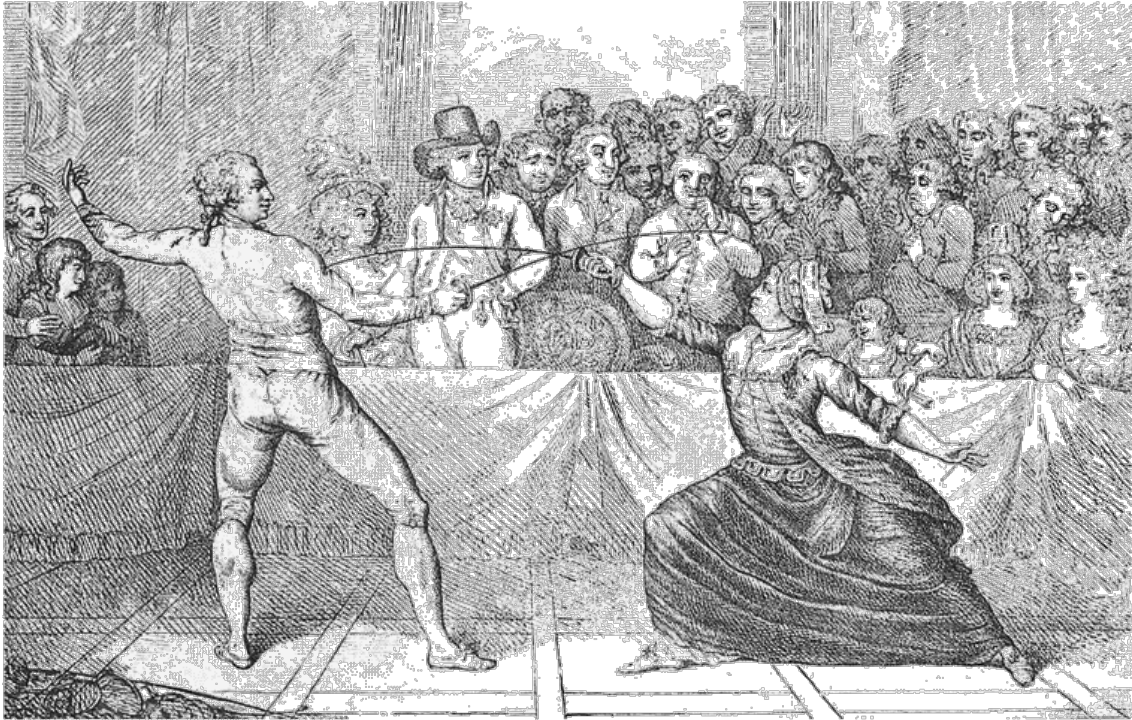


Butler vs. Bourdieu: uma batalha no reino das práticas



Por Raul Nunes

“A vida social é essencialmente prática. Todos os mistérios que seduzem a teoria para o misticismo encontram a sua solução racional na práxis humana e no compreender desta práxis.”

Karl Marx, Teses sobre Feuerbach

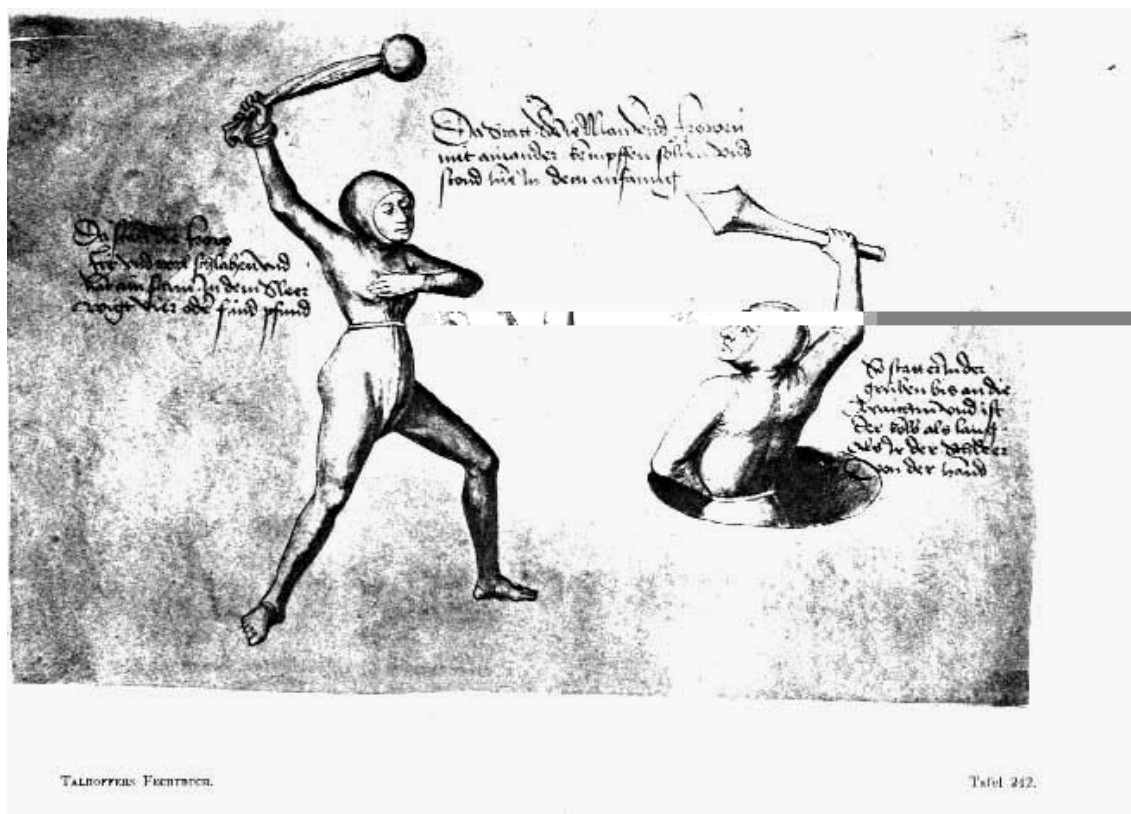
Ao tomarmos Émile Durkheim como eixo central da investigação sociológica, teremos os fatos sociais acompanhando o movimento pendular da teoria, ora pendendo para o “individualismo metodológico” weberiano, ora para o “estruturalismo” marxista. Se é verdade, como propôs Jeffrey Alexander (1987), que o embate estrutura x ação foi uma resposta ao estrutural-funcionalismo de Talcott Parsons, fato é que o embate propriamente ontológico da teoria social deu-se e dá-se ainda hoje em outra chave: ação x prática. Não é menor que Karl Marx e Max Weber tenham utilizado termos diferentes para falar da intervenção do ser humano sobre a realidade: ação (*handeln*), opção weberiana, aponta para

um ato isolado, enquanto prática (*praktisch*), opção marxiana, diz de atos reiterados.

Uma série de escolhas metodológicas afasta os dois teóricos alemães, a temporalidade sendo a principal delas. Weber retira a ação da história (na construção ideal-típica) para investigar os valores específicos implicados em cada ato humano e só então recolocá-los no contexto sócio-histórico. Para Marx, a prática só faz sentido quando inserida na história. Em Weber, o agente é o indivíduo; em Marx, a classe. Afora isso, ambos concordam com a ideia de que há algo que povoa a mente dos seres humanos antes dos seus feitos. Para Weber, o que interessa é a intencionalidade da ação, seu significado, em suma, seu valor para aquele indivíduo. Já Marx entende a práxis como atividade sensível humana, que transforma a criatividade e o planejamento (característica essencial do ser humano) em coisa palpável através do trabalho sobre a natureza. Retomando a teoria da mercadoria, entretanto, vê-se que o que importa para Marx é o significado social que adquire o trabalho humano (mercadoria) no ato da troca. Se a prática marxista é coletiva, a ação weberiana é individual.

Deixemos agora esses velhos alemães de lado, afinal é sabido que há muito a teoria social de primeiro mundo fez as malas para as terras da liberdade...

Butler vs. Bourdieu round 1: o consenso



Tão populares como incompreendidos, Judith Butler e Pierre Bourdieu têm permeado grande parte dos debates contemporâneos das ciências humanas, cada vez em temas dos mais diversos. Por vezes usados de forma intercambiada ou ainda restritos a sectos de butlerianos ou bourdieusianos, pouco tem sido feito no sentido de destrinchar suas teorias para compreender quais são suas aproximações e afastamentos. Certamente, o nível da análise de cada um - ela na filosofia, ele na sociologia - dificulta situá-los em pé de igualdade. O meio do caminho adotado aqui será o da ontologia do social, ou seja, a reflexão sobre o que é a realidade social e de que elementos esta é constituída. Como exercício preliminar, voltemos aos conceitos mesmos do autor e da autora em questão.

A realidade social para Bourdieu é constituída de campos de forças/posições em que os atores disputam os bens simbólicos valiosos para cada campo. E se cada campo possui seu capital específico (político, científico, artístico etc.), há ao menos quatro espécies de capitais que permeiam a todos: simbólico, social, cultural e econômico. Esses capitais são intercambiáveis num mercado onde o que se troca, afinal, é o prestígio, a distinção social. Assim, a sociedade seria um aglomerado de indivíduos que batalham para serem reconhecidos como

indivíduos singulares, adquirindo e negociando capitais. Nessa batalha, os campos vão se dividindo entre dominantes e dominados, que é a divisão mesma entre aqueles que detêm e os que não detêm os meios de produção simbólica do mundo.

Além dessa configuração objetiva, são dois os componentes subjetivos do social: a doxa e o habitus. A doxa consiste no conjunto de normas informais que guiam o comportamento no campo, o que chamamos de senso comum. Já o habitus corresponde a uma posição determinada no campo e diz respeito a uma sequência de disposições para interpretar e agir sobre o mundo de modo peculiar. Destarte, o habitus existiria em caráter ambivalente, enquanto estrutura estruturada e estrutura estruturante. No primeiro sentido, o habitus seria um agregado já determinado de experiências que conformaria estruturas de percepção. No segundo, o habitus seria a capacitação social para que o indivíduo faça suas escolhas e leve à frente sua existência de maneira criativa.

Se o conceito de habitus é o mais importante da teoria bourdieusiana, em Butler o conceito central seria o de performatividade. Para evitar os mal entendidos de sempre, é preciso voltar aos enunciados performativos de J.L. Austin (1990). Diferente dos enunciados constativos, isto é, que meramente atestam a existência e veracidade de um fato, os enunciados performativos seriam aqueles que performam, ou melhor, criam a própria realidade que parecem descrever. Os performativos são capazes de fazer coisas com palavras. O exemplo clássico é o do padre que, ao proferir as palavras “Eu vos declaro marido e mulher”, performa (concretiza) o casamento entre duas pessoas. É daí, e não da concepção teatral e cínica de performance, que Butler retira inspiração.

“Performatividade não é, então, um ‘ato’ singular, porque sempre é a reiteração de uma norma ou um conjunto de normas e, na medida em que adquire a condição como a de um ato no presente, oculta ou dissimula as convenções das quais é uma repetição” (BUTLER, 1993, p. 34, tradução minha). Portanto, a diferença entre performance e performatividade é temporal e numérica: a performance é um ato isolado, enquanto a performatividade é um conjunto de atos realizados ao longo do tempo. Nem uma, nem outra existem, é verdade, fora da norma. Performar é sempre citar a norma. E a norma não é muito mais do que

o conjunto de performances que constituem a performatividade. Finalmente, a possibilidade de subversão reside exatamente na variação da repetição da norma.

O encontro entre arcabouços teórico-conceituais tão distintos se dá no reino das práticas. Tanto no caso do habitus quanto no caso da performatividade, seus significados e efeitos só podem ser compreendidos com o escrutínio das práticas. É na prática enquanto ação em curso, socialmente referenciada e provavelmente repetida que a realidade social deixa entrever seus aspectos dinâmicos e inertes. Um estado de coisas não se mantém sem que precise mudar, porque apenas a prática cotidiana, localizada em seu contexto sócio-histórico, é capaz de dar sentido ao mundo. Nela está contida o T1 do habitus e da performance e o T2 do campo e da performatividade, como uma ação ou um conjunto de ações que reverbera e interpela os sujeitos. Enfim, a prática reúne estrutura e ação, micro e macro, individual e coletivo, subjetividade e objetividade.

Com a concordância de que a vida social é essencialmente prática, Butler e Bourdieu promovem uma historicização radical da realidade, cuja significação e, portanto, existência, passa inelutavelmente pela ação humana capaz de alterar (mesmo que reiterando) o curso do que existe. Caso não tenha ficado bem explicitado até aqui: ela e ele promovem um corte ontológico tal que a realidade realmente existente torna-se filha do cotidiano, trazendo o futuro para o presente e dispondo-o à mão dos sujeitos. Essa abertura teórica só pode ser levada a cabo com a obsessão pela experiência. Entendê-la como voluntarista e ele como determinista é jogar fora pelo menos metade do trabalho de cada um. Vejamos qual é a verdadeira peleja.

Butler vs. Bourdieu round 2: o dissenso na linguagem



TALHOFFERS FECHERBUCH

Tafel 246.

Embora seja possível construir essa ponte acima aventada entre as duas abordagens, os próprios autor e autora encontram divergências entre si. A discordância fundamental de Butler tem a ver com a estratificação da realidade social em posições, como operada por Bourdieu, e, com isso, a distinção entre a linguagem e o social. Para o autor, a distribuição de capitais no campo necessitaria da presença de instituições legitimadoras. Butler resume assim:

“A questão maior do Bourdieu é a de que a eficácia dos atos de fala performativos (ele se refere aos atos ilocucionários na descrição de Austin) é baseada não na linguagem, mas nas condições institucionais que produzem e recebem práticas linguísticas dadas. A ‘mágica social’ do performativo é, então, extra-linguística, e esse domínio extra-linguístico - marcado como ‘condições institucionais’ - é pensado numa relação produtiva e mimética com as práticas linguísticas que ele autoriza. Aqui alguém poderia perguntar se essa relação ‘produtiva e mimética’ não é ela mesma uma relação de significação, amplamente interpretada, e se a relação de ‘reflexão’ que se imagina existir entre a linguagem e suas condições

institucionais não é ela mesma uma teoria da representação e, conseqüentemente, também uma teoria da linguagem. Porque se 'linguagem' significar 'instituições', então certamente uma versão dessa noção de significação é de tal ordem que parece condicionar - e, portanto, refutar - a própria alegação de uma série de instituições fora da linguagem" (BUTLER, 1999, p. 124, tradução minha).

O debate ora em curso é espinhoso e deve ser tratado com cautela. Pois bem. Na virada linguística das ciências humanas, que vai na esteira da produção de Jacques Derrida (também Foucault e antes Saussure), o real é o significado. Não há nada fora do texto. Qual a implicação disto? É uma assertiva epistemológica: somente temos acesso ao mundo através das mediações que constituem em nossa percepção o que é observável. O que existe é o que enxergamos. E o que enxergamos é o que nos ensinaram a enxergar. Se isso é verdade para o objeto de conhecimento (as pessoas), também o é para o sujeito de conhecimento (a socióloga). Toda relação de conhecimento, mundana ou especializada, é uma relação $s \rightarrow o$ (sujeito conhece objeto), tal que " \rightarrow " representa a mediação pela linguagem (texto/estrutura/cultura).

Não é que para Bourdieu isso seja radicalmente diferente, mas para ele a mediação simbólica seria um produto anterior de relações de forças, em que um grupo dominante conseguiria impor a linguagem antes mesmo que essa fosse utilizada para a compreensão do mundo. Sim, $s \rightarrow o$, mas antes disso uma autoridade S teria produzido a mediação \rightarrow . E essa autoridade está encarnada nas instituições que validam os capitais de um campo (seriam como o Banco Central em relação à emissão de moedas, para ficar num exemplo concreto). Dois são os problemas dessa construção. O primeiro é que para poder enunciar isso, o sociólogo precisa dar uma cambalhota epistemológica, colocando-se fora da relação de conhecimento, para que possa atestar, apartado do campo de forças, o que é cognoscível, sem que esteja sujeito às suas próprias regras. A segunda é que a adoção da noção de posições anteriores às mediações simbólicas descaracteriza a parte primordial da teoria bourdieusiana, que é a compressão da relação subjetivo/objetivo na coincidência dinâmica entre habitus e campo, ou, nas palavras de Butler:

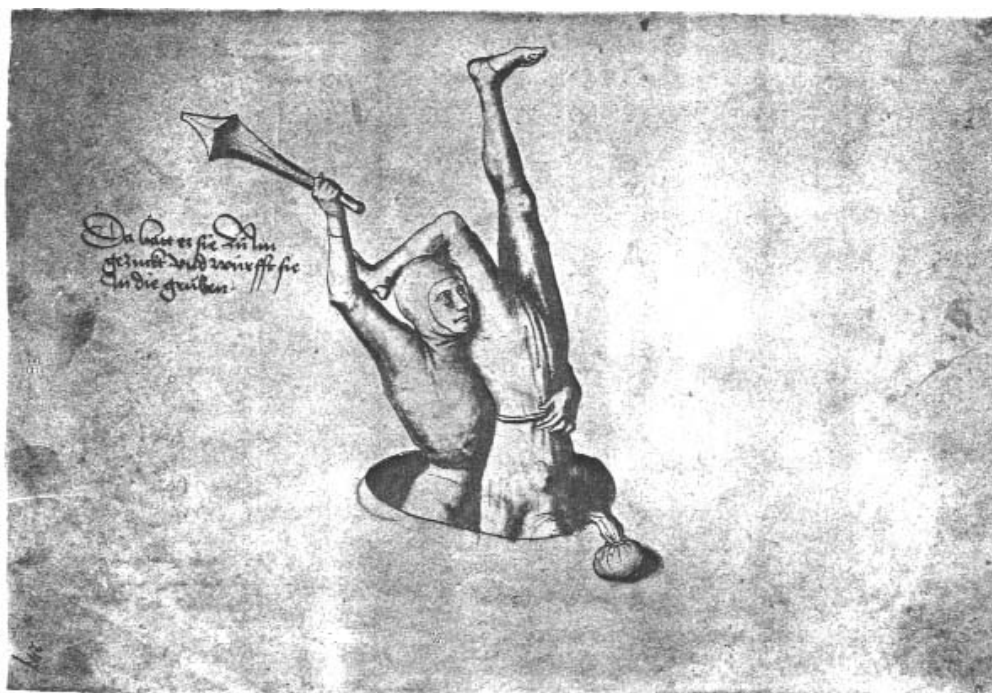
“Embora Bourdieu tente rejeitar a noção marxiana de classe em sua forma substancializadora ao adotar a noção de ‘posição de classe’, não é o caso de que as metáforas espaciais das ‘posições’ possam ser igualmente reificadoras como a própria concepção monolítica de classe? Porque ‘posições’ não são meras localizações espaciais, mas efeitos temporalmente reproduzidos e, portanto, enquanto sujeito a uma lógica de iteração, dependente de formas instáveis de rearticulação. Ainda que Bourdieu ressalte a dimensão temporal do habitus e da prática social como ritual, parece que o foco na temporalidade desaparece quando ele alterna para o domínio ‘objetivo’ do campo social, um campo descrito quase que exclusivamente em termos especializados” (BUTLER, 1998, p. 125).

O ponto de Butler é que a objetivação operada por Bourdieu ao falar em posições objetivas anteriores e autônomas em relação à subjetividade coloca em xeque a teoria da reprodução, já que elemento central dessa abordagem é exatamente o papel ativo não só dos dominantes, mas dos dominados na produção de sua própria dominação. Porque contaminado pela doxa correspondente a um campo e o habitus correspondente à sua posição nesse campo, tanto os dominantes quanto os dominados acabariam por reforçar a estrutura do campo; os primeiros objetivando manter sua dominação, os últimos tentando combater sua dominação. Na adoção de uma linguagem comum (a favor ou contra) que foi produzida pelos dominantes, todos os sujeitos submetidos a um campo reiterariam seu funcionamento.

Talvez a solicitação de Butler seja a de que Bourdieu estabilize sua teoria reinserindo as posições sociais no âmbito da linguagem (da significação). Sua indagação pode ser assim formulada: poderia Bourdieu escrever sobre a dominação masculina (que empreende uma separação simbólica entre homens e mulheres e subjuga estas últimas) não tivessem as mulheres se organizado e se reivindicado enquanto uma categoria de sujeitos? E mais do que isso: entender essa separação cirúrgica entre dominantes e dominados como dada não é reafirmar a lógica da dominação, substancializando as posições e suas possibilidades de existência? Eis aí todo o debate do “Problemas de gênero” (BUTLER, 2003): de quais mulheres se fala quando se fala em mulheres? Estão aí as lésbicas, as negras, as trabalhadoras? Quais são as exclusões simbólicas

necessárias para construir o esquema das posições sociais? Não é que as posições não existam, mas sua existência perpassa seu próprio processo de constituição enquanto tal.

Butler vs. Bourdieu round 3: o dissenso na mudança



TALHOFFERS FICHTECH.

Tafel 247.

Então começa a polêmica. Porque acredita que os campos são discursivamente produzidos e que a performatividade é um processo contínuo de citação da norma, para Butler seria possível subverter a norma, subverter o gênero. Performar a norma alterando alguns de seus componentes seria o único caminho para a mudança, uma batalha incessante e generalizada da reconstrução da verdade. Como acessório, o recurso à paródia - passagem da performatividade à performance - pode vir a calhar, uma vez que desnuda o funcionamento do processo de cristalização da norma através das práticas cotidianas, facilitando a realização de novas subversões. Nesse sentido, o que a autora propõe é a expropriação da autoridade do discurso dominante, produzindo novas narrativas.

Antes de passar ao argumento do autor, é preciso salientar que ele faz uma leitura bastante apressada da teoria da performatividade de Butler, confundindo a

diferença acima elucidada entre performance e performatividade. Bourdieu diz numa nota de rodapé que a autora teria mudado de ideia de seu livro mais famoso para o “Corpos que importam” (BUTLER, 1993), rejeitando agora sua visão outrora voluntarista. De modo algum isso é correto. Uma volta à primeira definição de “gênero” da autora já poria fim ao mal entendido: “gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma **estrutura reguladora altamente rígida**, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, uma classe natural de ser” (BUTLER, 2003, p. 59, grifo meu). De todo modo, o autor é taxativo:

“Ele [o trabalho de naturalização da dominação] obriga, enfim, e principalmente, a perceber a vaidade dos apelos ostentatórios dos filósofos ‘pós-modernos’ no sentido de ‘ultrapassar os dualismos’: estes, profundamente enraizados nas coisas (as estruturas) e nos corpos, não nasceram de um simples feito de nomenclatura verbal e não podem ser abolidos com um ato de magia performática - os gêneros, longe de serem simples ‘papéis’ com que se poderia jogar à vontade (à maneira das drag queens), estão inscritos nos corpos e em todo um universo do qual extraem sua força. É a ordem dos gêneros que fundamenta a eficácia performática das palavras - e mais especialmente dos insultos - e é também ela que resiste às definições falsamente revolucionárias do voluntarismo subversivo” (BOURDIEU, 2002, pp. 122-123).

Novamente, Bourdieu tenta imputar a Butler um voluntarismo que não está em sua obra. Todavia, o que fica dessa crítica é a reafirmação da força da estrutura (posições no campo) na conformação da realidade social enquanto incorporações mentais e corporais nos sujeitos. De todo modo, se levados a sério os dois estariam mais próximos do que separados. É na sugestão política para a emancipação que os caminhos voltam a se desencontrar. Bourdieu propõe uma “transformação duradoura das categorias incorporadas” (idem, p. 146) e uma “revolta subversiva que conduza à inversão das categorias de percepção e de avaliação” (idem, p. 144). Em que isso se difere da performance subversiva de Butler? Bem, para o autor essa subversão da norma precisa ser uma revolta duradoura, e não uma sequência de atos pontuais de rebelião. Isso se dá porque na visão bourdieusiana a mera subversão das estruturas de dominação não é

suficiente, dado que elas permanecem através da mudança contínua. Mulheres não podiam votar; agora votam, mas são minoria na política. Não podiam se graduar; agora entram na faculdade, mas nos cursos cujas profissões são mais precarizadas. Ele está a um ponto de dizer: precisa de organização! precisa de movimentos sociais! precisa de luta política! O interessante é que nem Bourdieu, nem Butler cruzam essa linha e por isso suas recomendações tornam-se inócuas. Após essa batalha, haveria reaproximação possível?

Butler vs. Bourdieu round 4: a reconciliação



Vejamos. Podemos tentar rearranjar ambas as teorias deixando as picuinhas de lado. O cerne do dissenso diz respeito à oposição posição x discurso, por um lado, e por outro a questão da mudança. No primeiro sentido, precisamos nos afastar dos termos estritos do autor e da autora para conseguir dar um pouco de razão a cada um. Bourdieu acerta quando diz que o poder guarda alguma relação com os sujeitos. Butler acerta quando diz que o poder está dissolvido e constitui os próprios sujeitos. Como resolver a cizânia?

Inicialmente, precisamos reconhecer que as posições existem, mas estas são discursivamente produzidas. Isso equivale a afirmar que dominantes e dominados são parte do mesmo discurso e, sendo os discursos constituídos das práticas, são ativamente produzidos nas relações entre os sujeitos. O discurso se impõe distribuindo poderes a partir de uma configuração discursiva anterior, que encontra nas instituições lugar privilegiado, mas apenas porquanto está

disseminado nas práticas cotidianas. Do mesmo modo, existem sujeitos mais ou menos propensos a produzirem o efeito de verdade (performativos).

Com isso, chegaríamos a uma composição da realidade social estratificada em posições, em que cada posição guardaria alguma capacidade de empreender atos performativos. Para deixar mais concreto: grupos mais dominantes teriam maior possibilidade de produzir discursos, ao passo que grupos mais dominados teriam menor possibilidade de produzir contra-discursos. Aos grupos de baixo a revolta individual não é suficiente, é necessária uma subversão discursiva mais ou menos organizada, que pode envolver inclusive sabotagens esporádicas da norma, mas que só consegue produzir efeitos contra-hegemônicos duradouros quando atinge uma gama ampliada de práticas cotidianas.

Ataca-se então a questão da mudança com a mesma estratégia teórica. Poderíamos falar em gradações de mudança, envolvendo temporalidades diferentes, e que estivessem conectadas em si. Mudanças de curto, médio e longo prazo que, nessa ordem, dependem de uma intensificação cada vez maior de práticas contra-discursivas que desloquem progressivamente a separação do binarismo estrutural (D/d). A força da permanência das estruturas é o desafio mesmo que se põe aos atores, que precisam, cotidianamente, mas também organizadamente, influir na reconstrução dos esquemas de percepção, responsáveis pela distribuição de poderes performativos. É esse o caminho para o deslocamento das posições.

Finalmente, ainda que se possa conservar rugas de um lado e de outro e que essa pseudo-teorização conciliatória intentada não seja adotada, voltemos ao assunto principal: a importância de se analisar as práticas. Esboça-se aqui um quadro geral de vantagens heurísticas: 1) falar em práticas não demanda suposições sobre o sujeito (nem sobre sua existência); 2) as práticas são ações continuadas e reiteradas, portanto denotam temporalidade; 3) para fins analíticos as práticas podem ser divididas em reprodutoras e reflexivas, que são, na verdade, momentos distintos da vida prática; 4) a prática é o exercício constante de dar sentido ao mundo e à própria vida (razão prática); 5) a escala da análise pode ser alterada pelo feixe de práticas levado em consideração; 6) a prática é a parteira do poder.

Referências bibliográficas

Alexander, Jeffrey. **O novo movimento teórico**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 4, 2, p. 6-28. 1987.

AUSTIN, J.L. **Quando dizer é fazer**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. **Language and symbolic power**. Cambridge: Polity Press, 1991.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

Butler, Judith. **Bodies that matter: on the discursive limits of 'sex'**. New York and London: Routledge, 1993.

_____. **Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo**. *Cadernos Pagu*, n. 11, p. 11-42, 1998.

_____. **Performativity's social magic**. In: Shusterman, R. (ed.). *Bourdieu: a critical reader*. Oxford: Blackwell, 1999.

_____. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.